



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

CELESTINO CANGANDA CHIPUCA

COOPERAÇÃO POLITICA E ECONOMICA DE ANGOLA E BRASIL (1975-2000)

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

CELESTINO CANGANDA CHIPUCA

COOPERAÇÃO POLÍTICA E ECONOMICA DE ANGOLA E BRASIL (1975-2000)

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Mérica Guilherme Vitorino.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

CELESTINO CANGANDA CHIPUCA

**COOPERAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA ENTRE ANGOLA E BRASIL
(1975-2000)**

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 04/06/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Juliana Mércia Guilherme Vitorino (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Profa. Dra. Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Profa. Dra. Ivette Tatiana Castilla Carrascal

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	6
2.1	AS RELAÇÕES BRASIL E ÁFRICA	6
2.2	O ESCRAVISMO E A CONEXÃO BRASIL-ÁFRICA ATRAVÉS DO ATLÂNTICO SUL	7
2.3	O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E ANGOLA	8
2.4	A LUTA ARMADA PELA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (1956/1975)	9
3	PROBLEMATIZAÇÃO	11
3.1	O RECONHECIMENTO BRASILEIRO DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (1975)	11
3.2	AS CRÍTICAS AO RECONHECIMENTO DE ANGOLA	13
3.3	O QUE PRODUZIU DA RELAÇÃO BRASIL – ÁFRICA E ANGOLA, NO SÉCULO XX	14
4	REFERENCIAL TEÓRICO	15
5	METODOLOGIA	18
6	OBJETIVOS	19
6.1	OBJETIVOS GERAIS	19
6.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
	REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

Este presente trabalho consiste em realizar um estudo sobre a cooperação política e econômica entre Angola e Brasil (1975-2002). O processo de envolvimento do Brasil com a África, (Angola), parece vir obtendo uma posição mais interessante. Durante os piores anos de Guerra Civil (1975-2002), houve fortes vínculos entre os dois países, nas áreas comerciais de investimentos, de serviços, cooperação política, cultural e técnica entre ambos países.

Visto que cooperação é uma ação conjunta por uma finalidade com objetivo em comum, também é uma relação baseada entre indivíduos ou organizações. Visto que o Brasil começou a ter contato com a África (Angola) através das transações comerciais e trafico de escravo do Império Colonial Português, criaram ligações entre os dois lados. O Brasil teve grande influência na luta pela libertação de Angola, e também no período de guerra civil. O Brasil constitui o quinto país do mundo em população e em extensão territorial e a sua economia se encontra entre a sexta e a décima nos últimos anos. Já o continente africano é o mais próximo do Brasil e ambos possuem uma grande semelhança ambiental e humana. Ao longo da história o Brasil teve com a África mais relações, do que com os seus vizinhos sul-americanos.

A África ocupa 20% da superfície terrestre, constituindo um dos continentes mais extensos (com imensos recursos naturais, especialmente metais nobres). Possui uma população de apenas um bilhão de habitantes (14% da população mundial). Essa massa de terra está posicionada “no centro do mundo”, considerando-se os atuais centros de civilizacionais e os fluxos e conexões existentes entre eles. O continente africano possui 54 países (Estados independentes), o que representa 27% dos membros das Nações Unidas; e também constituem um terço dos Estados-membros do Movimento Não Alinhados. (Paulo Visentini, 2015)

A História africana e brasileira estão intimamente relacionadas, desde que os colonizadores portugueses ocupam as duas margens do Oceano Atlântico Sul, no século XVI. Com a chegada da primeira leva dos escravos africanos ao Brasil, em 1538, inicia-se uma fase de grande íntima ligação, baseada principalmente no trafico de escravo e no comercio de mercadorias, que se estenderá até o século XIX, quando esse inicia seu declínio. No século XVII O Atlântico sul foi o centro dinâmico da economia mundial, com o Brasil impulsionando o Império Atlântico Português. No século XVIII ele foi superado pelo Atlântico Norte, decisivo à projeção de potencias como a França e Inglaterra.

Foram mais de 4 milhões de africanos durante a colônia trazidos como escravos para o Brasil, fazendo com que a *europeização* das novas terras fosse acompanhada por sua

africanização. A historiografia destaca a contribuição africana para a formação da sociedade brasileira na cultura, arte e religiosidade, além de aspetos raciais. Os africanos também trouxeram técnicas que impulsionaram a agricultura, a pecuária e o combate as enfermidades, porque os conhecimentos dos portugueses eram inadequados para o desenvolvimento do mundo tropical, bem como a introdução de determinados padrões de comportamento político e de organização social também foram contribuições africanas importantes. (Paulo Visentini, 2015)

Houve uma grande relação até 1860, primeiro na fase colonial, em que ambas margens do Atlântico Sul faziam parte do mesmo Império e espaço económico (especialmente com Angola), e depois durante o período imperial, através de um comércio persistente. Houve uma fase em que ocorreu o término do tráfico e do comércio foi acompanhado pela dominação europeia sobre o continente africano. Ocorreu um afastamento por parte do Brasil e depois um descanso, porque não conseguiu se posicionar durante o processo de descolonização africano, nos marcos de uma aliança que não se esperava com Portugal, a primeira e última potência colonial. Essa situação só mudou com a reaproximação de João Quadros e sua Política Externa Independente (1961-1964). Com o Governo Geisel, a África passou a ocupar um lugar privilegiado na política externa e comercial brasileira, que se estendeu até o final do Governo Sarney, em 1990. As relações Brasil-África foram fortes, especialmente no campo económico, diplomático e da cooperação técnica. Em diversos aspetos ela foi inclusive mais sólida do que a do Governo Lula. (Paulo Visentini, 2015)

2 JUSTIFICATIVA

2.1 AS RELAÇÕES BRASIL E ÁFRICA

A presente pesquisa se justifica de onde vem as relações Brasil-África, Brasil-Angola, pois iremos buscar entender sobre o Brasil através do Império marítimo-comercial português, que constituíram uma unidade civilizacional, o Brasil praticamente não existia e a África, como sujeito da história, ganhou sentido de dentro para fora, na medida que era imposta o método do sistema de mundial.

Nos séculos XIV e XV, os comerciantes italianos, que na época não conseguiam competir com os venezianos, tiveram um bloqueio na via do Mediterrâneo oriental para ter acesso as especiarias asiáticas. Na altura os portugueses tinham uma capacidade naval muito

forte, decidiram se unir com os italianos para passar sua experiência atlântica. A partir desse momento a expansão marítima começou com a conquista da cidade de Ceuta, no Norte da África, em 1415. Comandado pelo Infante Dom Henrique (1394-1460), da Dinastia de Avis. A conquista de Ceuta criou ou representou a abertura para entrada do reino de Portugal. Em 1434, os portugueses atravessaram até Cabo Bojador, na costa do Saara Ocidental. A partir daí o avanço para o Sul se tornou permanente e fez com que após regressar do Ceuta o Infante D. Henrique fixou-se em Sagres, onde desenvolveram naquela área novos métodos de navegação, desenharam-se cartas e adaptaram aos seus navios. Durante três séculos os ingleses, portugueses, suecos, dinamarqueses, holandeses e brandemburgueses (prussianos) controlavam vários pontos da Costa do Ouro com a crescente subida dos holandeses, fazendo com os portugueses perdessem grande parte da região para eles em 1642. (Paulo Visentini, 2016)

Na Costa dos Escravos, antigamente chamado, que hoje é atualmente a nação do Benin, era o lugar em que os portugueses tinham a principal fonte de fornecimento dos escravos, e não só como também tecidos e também aonde tinham suas contas da África Ocidental, nas ilhas do Golfo da Guiné era o lugar aonde os portugueses guardavam os seus barcos para depois partirem em direção da Europa e posteriormente no Brasil. Pois eram uma área boa para o cultivo de plantas tropicais, como a cana-de-açúcar, e essa área antes dos portugueses era colonizada pelos judeus, e foram esses mesmo que perceberam que área tinha bastante potencial para o cultivo.

E em 1570 com o aumento de escravos, havia bastante dificuldade de manter o controle sobre todos eles, então decidiram transferir o centro de produção para o Brasil, e em na qual São Tomé se tornou o mediador para o tráfico negreiro, ou seja, se tornou o lugar aonde os escravos ficavam antes de partir para o Brasil. (Paulo Visentini, 2016)

2.2 O ESCRAVISMO E A CONEXÃO BRASIL-ÁFRICA ATRAVÉS DO ATLÂNTICO SUL

As relações entre a África e o Brasil eram integrantes do Antigo Sistema Colonial, aonde na sua maioria foi dentro do Império Marítimo Português. No século XVI quando começaram a estabelecer as redes de comércio o Brasil passou a integrar a economia mundial. E os seus graus de prosperidade dependia de produtos como (pau-brasil, açúcar, ouro, diamantes, couros, algodão, arroz, anil e tabaco) no mercado internacional.

A economia colonial do Brasil se baseou em três etapas ou pilares: **a dependência externa, o latifúndio e a escravidão**. A mão de obra indígena foi utilizada em serviços mais pobres, diferente da escravidão dos africanos e de seus descendentes foi mais significativa. Quatro milhões de escravos africanos entraram no Brasil até o século XIX (e outros tantos morreram na travessia), vindos da Guiné, Angola e Moçambique em três grandes levas, de acordo com a procedência predominante – da Guiné, no século XVI, de Angola, no século XVII e da Costa do Ouro (ou Costa da Mina, para os portugueses), no final do século XVIII. O número de homens foi muito superior ao número das mulheres. (Paulo Visentini, 2016)

Os principais portos negreiros do Brasil do século XVI e XVII, foram os de Pernambuco e da Bahia. No século XVIII houve uma descoberta de ouro fez com que eles mudassem de eixo, foi transferido para o Rio de Janeiro, no ponto de vista económico o tráfico de escravo tornou-se rapidamente uma atividade isolada, no século XVI, em um esquema organizados por sociedades comerciais, no século XVIII. Os escravos africanos eram transportados em navios superlotados, sem condições nenhuma de higiene e mal alimentados. Foram em de percentagem 30% de mortalidades dos cativos. Tornou-se preocupante para os traficantes pois os seus lucros viram a ser diminuídas pelas mortes dos cativos. Nas primeiras décadas do século XIX, Ex; a mortalidade dos africanos, caio de 7% para 10%. Os navios negreiros também serviam como correio e embaixada nas relações entre a África e o Brasil. (Paulo Visentini, 2016)

O fim do trafico compatibilizou com o inicio da expansão europeia na África, em que na qual gerou afastamento nas relações Brasil e África. Começou-se um uma nova era do ciclo capitalismo mundial, com a emigração dos europeus nas Américas em busca das melhores condições de vida. Na segunda metade do século XIX até o inicio da Primeira Guerra Mundial os italianos, portugueses, espanhóis, russos, poloneses, árabes, alemães e japoneses se transferiram para o Brasil.

2.3 O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E ANGOLA

As relações Brasil-Angola tiveram muita importância tudo porque, no ano de 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e também o governo do mesmo país, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Por intermedio da colónia portuguesa historicamente o Brasil sempre esteve ligado ao continente africano, e em que na qual houve uma grande miscigenação, uma boa parte da população brasileira é de origem africana por causa da escravidão. (Rizzi, 2005)

As relações Brasil e Angola deram inícios ao século XVI, quando ambos estavam sobre a dominação do império português, mas com funções diferenciadas nos processos de exploração e de colonização. Luanda foi fundada em 1575, os portugueses passaram a fazer a prática do tráfico de escravo nessa região e não só como também em todo território africano. Nas relações comerciais, o produto dos brasileiros eram a cachaça e o tabaco, trocados por escravos em Luanda e no interior angolano. A atuação dos portugueses assegurava que o Brasil necessitava da mão de obra como nas plantações de cana-de-açúcar e tabaco, e às minas de ouro; o objetivo era de preencher a demanda por escravos, fechando o ciclo da política colonial portuguesa.

Rizzi argumenta que houve um momento em que a sociedade se dividiu em dois grupos:

A independência do Brasil, em 1822, teve reflexos na Colônia de Angola. As relações triangulares que uniram Brasil e Angola, e estes dois a Portugal foram modificadas. A sociedade angolana se dividira entre dois grupos pró-independência, interessados na união angolana com o Brasil; e grupos pró-Portugal, que buscava manter a colônia como parte do império português. (Rizzi, 2005, p. 22).

A Inglaterra queria acabar com a ligação entre o Brasil e Angola, e ao mesmo tempo queria acabar com a escravidão, pois tinha interesse comerciais no Brasil. Martins afirma que a diplomacia inglesa via na extinção do tráfico “... uma maneira de romper as ligações entre Brasil e Angola e evitar a formação de um Império Sul-Atlântico, sob o domínio brasileiro”. (2002, p. 98).

Até a década de 1950, o Brasil deu prioridade as relações com as potências colonizadoras na África, e perdeu os contatos com as colônias, quanto com países recém-independentes daquele continente. Só após a segunda Guerra Mundial, que os dois países restabeleceram contato, como será visto no decorrer do estudo.

2.4 A LUTA ARMADA PELA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (1956/1975)

O movimento pela independência de Angola ocorreu ao mesmo tempo com o processo de descolonização afro-asiático, ocorrido na segunda metade do século XX. Em 1961, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido fundado pelos intelectuais urbanos, em 1956, sobre a liderança de Agostinho Neto, onde deu início a uma série de protestos exigindo a independência de Angola. Portugal recusou em reconhecer a autonomia a Angola e as demais colônias (enquanto os outros países dominados de África e

da Ásia já se tornavam independentes), criou-se então uma rebelião nestas colônias, a repercussão dessa situação se tornou internacional, e aumentou-se a partir de 04 de fevereiro de 1961, quando as prisões portuguesas cujo a sede estava em Luanda foram atacadas com o objetivo de libertar os militantes do MPLA. A partir desse momento, iniciou a luta armada pela libertação nacional. (Rizzi, 2005)

Em 1962 foi formado a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), sobre a liderança de Holden Roberto. Por motivos étnicos houve uma divisão no partido, no sul do território angolano, surgiu, em março do mesmo ano, a UNITA (União para Independência Total de Angola), sobre a chefia de Jonas Savimbi. Aos 15 de janeiro de 1975, os movimentos MPLA, FNLA e a UNITA, assinaram um acordo chamado de Acordos de Alvor, em que na qual eles decidiram criar um governo provisório e dividiram-na em 4 partes e esse governo estava sobre a responsabilidade de um Alto Comissário português, os três movimentos de libertação nacional eram reconhecidos como os verdadeiros representantes do povo angolano. Rizzi afirma que, "... desse modo, a eles caberia, exclusivamente, o direito de candidatar-se às eleições para a Assembleia Constituinte. (Rizzi, 2005, p. 25)

No entanto a FNLA e a UNITA descumpriram esses acordos, os Estados Unidos começaram a apoiar financeiramente as escondias a FNLA de Holden Roberto; por sua vez, a União Soviética passou a enviar expressivos volumes de recurso pra MPLA. Em julho e agosto de 1975, Jonas Malheiro Savimbi encontrou-se com os representantes da CIA; e partir desse momento a UNITA começou a receber ajuda norte-americana (com envios de armas e pessoal especializado), sem ter aprovação do Congresso dos EUA. Em 1976 Savimbi perdeu o apoio dos EUA, com a aprovação da Emenda Clark (um acordo que proibia a ajuda dos EUA para os movimentos angolanos). No mesmo período, a África do Sul começou a fornecer armas e começou a treinar os soldados da UNITA. Foi em setembro que o Zaire enviou dois batalhões para Angola, como objetivo de demonstrar apoio a UNITA. (Rizzi, 2005)

Em 11 de novembro, o MPLA declarou, unilateralmente a independência da República Popular de Angola, na mesma ocasião assumiu a presidência do país, o líder Agostinho Neto. Mas essa independência não trouxe paz para Angola; os três movimentos começaram a combater entre si. O MPLA apoiado militarmente pela União Soviética e Cuba, enfrentava a FNLA, que recebia apoio do Zaire, e a UNITA, que recebia ajuda da África do Sul. O governo do MPLA começou a enfrentar diretamente a UNITA que nessa época estava forte em questão de apoio, tinha (apoio da África do Sul, China e EUA), e o MPLA deixou de ter confronto direto com a FNLA, porque a FNLA estava perdendo a força no decorrer do tempo. (Rizzi, 2005)

Com a ajuda das forças cubanas (armas e aproximadamente, 20 mil soldados), o MPLA em 1976 conseguiu então derrotar o exército da África do Sul, ao sul do território angolano, e a guerra civil assim progrediu. Enquanto a República do Zaire apoiava a FNLA, a África do Sul apoiava a UNITA com o interesse de garantir a sobrevivência do regime do apartheid, e procurava em Angola um vizinho cooperador. Por isso em 1981 e 1987, o exército da África do Sul invadiram várias vezes o território angolano, por intermédio da Operação Protea. (Rizzi, 2005)

As atividades políticas, administrativas, económicas e sociais, assim como as infraestruturas do país houve sérios danos, e em 1980, foi o ano em que mais se agravou a crise, em que na qual Agostinho Neto foi obrigado a fazer uma reestruturação administrativa no seu Governo com o objetivo de centralizar o poder. Ao mesmo tempo Neto procurou interromper as relações que UNITA havia criado com os países ocidentais, porque essas relações dos tais países eram apenas com o interesse no petróleo angolano, a área aonde eles mais procuravam atuar é em Cabinda (Cabinda é uma província de Angola, a maior exportadora de petróleo). O presidente angolano Agostinho Neto morreu em Moscou (Rússia) em setembro de 1979, e em seu lugar assumiu José Eduardo dos Santos, homem equilibrado e com uma visão pragmática.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

A presente pesquisa reúne algumas matérias de estudo com o intuito de responder ao problema de pesquisa: Porque o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola? O que produziu da relação Brasil – África e Angola, no século XX, e alguns fatores da libertação de Angola?

3.1 O RECONHECIMENTO BRASILEIRO DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (1975)

Entre o final de outubro e o início de novembro de 1975, Ovídio de Melo procurou do Ministério de Relações Exteriores um posicionamento sobre o reconhecimento de Angola, que se tornaria independente no dia 11 de novembro. Mas antes de enviar uma resposta decisiva ao representante brasileiro em Luanda, o chanceler Azeredo da Silveira consultou as

principais potências e alguns países do sul-americanos sobre seus posicionamentos diante dessa questão.

- 1 – Os Estados Unidos excluíram a hipótese de um relacionamento imediato do MPLA, ou de qualquer das facções, como o Governo independente de Angola, tendo por isso fechado, temporariamente, o seu Consulado em Luanda, para evitar um reconhecimento tácito ou automático do novo Governo;
- 2 – A Grã-Bretanha acreditava que nenhum dos três Movimentos de libertação estava qualificado para ser reconhecido e preferia esperar até que a situação se esclarecesse;
- 3 – A França emitiria, provavelmente, declaração de reconhecimento de Angola, mas sem notificação a qualquer dos três Movimentos;
- 4 – A Alemanha Federal pretendia emitir comunicado em que se reconheceria independência de Angola, mas não expediria comunicado ao novo Governo; e,
- 5 – Na América do Sul, Argentina, Peru e Venezuela tinham a intenção de reconhecer a independência e o Governo do MPLA. (SILVA, 2007. p. 171).

O governo de Angola foi reconhecido por Ernesto Geisel, baseado nas informações e análises dadas pelo Ovídio de Melo, que desde março estava na capital angolana, e após discutirem sobre o assunto com Zappa e Azeredo da Silveira, o presidente brasileiro decidiu então reconhecer “o governo instalado em Luanda”.

Na data estabelecida para a proclamação da independência de Angola – 11 de novembro de 1975 – o Governo brasileiro manifesta reconhecer o Governo instalado em Luanda, em observância às regras que presidem à convivência internacional. Desde a criação, 31 de janeiro último, do Governo de Transição de Angola, o Governo brasileiro, com absoluta isenção e deliberação de não intervir nos assuntos internos de Angola, manteve na capital angolana uma Representação Especial, que será convertida em Embaixada, com o estabelecimento de relações diplomáticas (...). (SILVA, 2007. P. 174).

As relações Brasil e Angola se estabeleceram aos, 11 de novembro de 1975, foi o primeiro país a reconhecer a independência da Angola, sob o governo do MPLA, como forma de cooperar com os jovens países, o Brasil procurava “...ampliar sua influência diplomática-econômica na África e equilibrar politicamente a presença cubana no Atlântico Sul”. (VIZENTINI, 2003, p. 94).

Após a independência de Angola, o Brasil passou a se representar em Luanda de uma maneira Especial, e após foi transformada em Embaixada, em que na qual o primeiro embaixador foi Rodolpho Godoy de Sousa Dantas, saudado pelo Presidente Neto, em maio de 1976. Na ocasião, afirmou a esperança de que “...um desenvolvimento real e plurifacético entre os povos brasileiros e angolanos se verifique num futuro breve”. (NETO, 1976, p. 98).

O reconhecimento da independência da política brasileira garantiu uma entrada privilegiada no país, em Angola, onde se estabeleceu como interlocutor com o governo do MPLA. Santana também diz que

... operou como sinal para os Estados Unidos no jogo de força que vinculava essa questão ao projeto nuclear brasileiro, ao desenvolvimento da indústria bélica e à própria busca de autonomia energética via construção de hidroelétricas. Procurava o Brasil desenvolver certos níveis de autonomia nas relações internacionais, e para tal era necessário sinais diplomáticos desse esforço. A questão angolana garantiu grande visibilidade à diplomacia brasileira e resultou numa relação privilegiada entre o Brasil e Angola, parceria que permanece nos dias atuais, com o petróleo sendo o elemento vetor desse comércio. (SANTANA, 2003, p. 159).

Do ponto de vista angolano, o reconhecimento do Brasil, fez de Angola um parceiro capaz de oferecer perspectiva de cooperação, económica, diante da situação difícil que Angola se encontrava. Angola beneficiava do Brasil um contato de futuro, que além das identidades culturais e históricas comuns, e nesse contexto abria possibilidades para uma relação de cooperação nas áreas que o país mais carecia, tal como a extração do petróleo e na cooperação técnica.

O Brasil obteve uma relação privilegiada não somente com Angola e sim também com outros países africanos da língua oficial portuguesa, após o reconhecimento do governo de Agostinho Neto, assim o Brasil obteve uma imagem de um país que estava a favor e com determinação em ajudar os países a se tornarem subdesenvolvidos e também assumiu uma imagem de país anticolonialista.

3.2 AS CRÍTICAS AO RECONHECIMENTO DE ANGOLA

Pinheiro fala sobre as críticas que o Brasil recebeu ao reconhecer a independência de Angola:

Após o reconhecimento da independência angolana, o governo brasileiro recebeu críticas por parte da imprensa, da sociedade civil e de militares dentro e fora do governo. Tais críticas eram pautadas pelo apoio Soviético-cubano ao MPLA e pela rápida decisão em reconhecer o governo socialista de Agostinho Neto. (PINHEIRO, 2001, p. 103).

A aproximação do Brasil com os países de organização socialista continuou gerando críticas ao governo, dessa vez as críticas eram de cenário internacional. As principais externas vinham a partir dos Estados Unidos, que olhavam o reconhecimento do MPLA por parte de

Brasília como uma potencial ameaça a segurança do hemisfério. Em que na qual o embaixador norte-americano junto a ONU (Organização das Nações Unidas), Daniel Moynihan juntamente com o secretário do Estado Henry Kissinger foram os grandes críticos da postura brasileira. Moynihan, dizia que a União Soviética iria promover uma “expansão colonial” comunista na África Negra a fim de promover a sua ideologia, o embaixador também afirmou que os soviéticos tinham intenção de instalar bases militares no Atlântico Sul, como fez na Somália o que iria ameaçar a geopolítica do Brasil.

Henry Kissinger olhou o reconhecimento de Angola por parte do Brasil como uma grande surpresa, porque a guerra civil ainda não tinha terminado, e se por acaso houvesse mudanças no conflito, poderia prejudicar os interesses brasileiro na África.

O governo brasileiro não deu importância naquilo que o Kissinger falou, ao contrário obteve benefícios quase que imediatos após o reconhecimento do governo MPLA, porque além de estabelecer relações com Moçambique, houve também significativas nas relações nos âmbitos políticos, económicos e diplomáticos com vários países do Terceiro Mundo – inclusive africanos – favorecendo o multilateralismo proposto pela política externa brasileira do governo Geisel.

3.3 O QUE PRODUZIU DA RELAÇÃO BRASIL – ÁFRICA E ANGOLA, NO SÉCULO XX

O reconhecimento do Brasil em Angola fortaleceu as relações bilaterais, porque antes mesmo da independência de Angola o Brasil já tinha uma Representação Especial em Luanda tudo isso já se notava o interesse brasileiro nesse país africano, durante as décadas de 1970 a 1990, foi o ano em que teve um forte intercâmbio comercial. Diante disso os dois países decidiram facilitar suas relações comerciais, em que foram introduzidos contratos “*countertrades*” (é a troca de bens ou serviço que são pagos com outros bens e serviços em vez do dinheiro), em que na qual objetivo era troca de petróleo angolano por mercadorias ou serviços brasileiros.

A principal motivação que levou o Brasil a se aproximar com Angola era por alguns fatores que são: a aceleração do processo de dessegregação do campo soviético, e o colapso do regime socialista no Leste europeu e na URSS.

Alguns Ministros e empresários angolanos, em 1990 fizeram uma visita ao Brasil para conhecer e ver as habilidades nas áreas de transportes, comunicações e energia, e no mesmo

ano, no mês de março o Presidente José Eduardo dos Santos, visitou o Brasil, no momento em que Fernando Collor de Melo assumia a presidência.

Collor criaram em outubro do mesmo ano, uma Cooperação Cultural e Científica entre Brasil e Angola, além de Angola, Namíbia, Moçambique e Zimbábue também receberam visita de Collor em setembro de 1991.

Também houve um grande crescimento na área de Desenvolvimento Educacional, em que na qual através de programa os estudantes angolanos, poderiam fazer suas graduações e pós-graduações em universidades brasileiras.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico para essa pesquisa será constituído primeiramente sobre alguns autores(a), que pensam sobre o que é cooperação internacional, quais os tipos de cooperações, o que são cooperações bilaterais.

Definimos cooperação como o ato de duas ou mais pessoas para atingir uma finalidade única, com benefícios para todas as partes envolvidas.

Também irei ressaltar sobre dois tipos de cooperação que são: a internacional e a nacional. Em que na qual defino cooperação nacional como união entre nacionais, entre pessoas jurídicas de direito público ou privado interno, pessoas físicas, sociedades empresárias, sujeitos a legislação nacional e com sede no país. Embora não seja comum, não há nenhuma regra ou norma.

A relação internacional teve uma grande expansão da cooperação internacional na Segunda Guerra Mundial, a industrialização se espalhou e dezenas de países integraram e se tornaram uma sociedade verdadeiramente globalizada.

Cooperação Internacional entende-se nas áreas de comércio e as finanças até as questões de segurança, meio-ambiente. Educação e saúde. A Cooperação não é apenas ajuda entre governos ou instituições de diferentes países. Cooperação internacional tem um significado grande, significa trabalhar junto, aonde governos e instituições não tomam decisões e iniciativas separadas, cooperação internacional também significa que os governos e instituições desenvolvem padrões e formulam programas que trazem benefícios para comunidade internacional. (SATO, 2010)

Cooperação internacional é o conjunto de caracter internacional que atuam nos sectores públicos e privados de diferentes países e seus níveis de renda para proporcionar, o progresso económico e social dos países em via de desenvolvimento, e conseguir um aumento mais justo e equilibrado no mundo, como objetivo de contruir um planeta mais seguro.

Arthur Stein (1990) fala que “a barganha (isso é, cooperação) pode ocorrer de forma tácita até mesmo entre inimigos no meio de uma guerra”.

Stein (1990) também fala que: “A cooperação é um produto da escolha e das circunstâncias. As nações escolhem cooperar quando, isto é, de seu interesse...” (Arthur Stein, 1990. p. 207)

Inis Calude (1963), oferece um pensamento que as organizações internacionais explicam a cooperação internacional apresenta 4 condições elas se verificam:

1. A existência de Estados estáveis;
2. A existência de interação significativa entre os Estados;
3. O surgimento de questões derivadas diretamente de interação;
4. A disseminação da percepção de que as questões derivadas da interação demandam arranjos supranacionais específicos.

No decorrer dos tempos a cooperação internacional sofreu grandes transformações, no cenário internacional e não só como também se estabeleceu como um dos componentes essencial para política externa dos países.

Ian Brownlie (1997), internacionalista que fala sobre a necessidade de associação dos Estados começa a falar que:

Associação de Estados. Os Estados independentes podem estabelecer formas de cooperação por acordo numa base de igualdade. A base da cooperação pode ser a constituição de uma organização internacional, como as Nações Unidas ou como a Organização Mundial de Saúde. No entanto, podem ser criadas, por meio de tratado ou costume, outras estruturas para manter a cooperação. (BROWNLIE, Ian, 1997; p. 89).

Nessa perspectiva, também irei citar algumas a contribuição dos atores como José Flávio Sombra Saraiva (1997); Paulo Visentini (2013); Kraychete (2013). Autores que se tornaram fundamentais com as suas contribuíram sobre cooperações internacionais Brasil-África-Angola, assim como os acordos bilaterais.

Em primeiro lugar irei destacar Saraiva (1997), diplomata que se destacou muito ao se dedicar nas investigações sobre a ligação Brasil e África, em que a partir de 1997 lançou o livro “O lugar da África: a dimensão atlântica na política externa brasileira (de 1964 até os nossos dias)”.

Paulo Visentini, fundador do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CBEA), homem com muita experiência e conhecimento na compreensão das relações Brasil e África, porém suas pesquisas têm se tornado cada vez mais importante na área do conhecimento acadêmico, estudou também sobre “As relações Brasil e África, Pivô da Diplomacia Africana” (2013)

Kraychete, teve seu estudo publicado em 2013 na revista Pad, em que na qual falou sobre a produção acadêmica e a produção econômica que o Brasil vem se a manter com os países africanos, em que na qual focou especificamente sobre o estudo de cooperação política e econômica do Brasil e Angola.

As relações entre Brasil e Angola, a obra “Mamma Angola: sociedade de um país” (MENESES, 2000). Um estudo muito importante, defendido na Universidade de São Paulo (USP), foi publicada no ano de 2000, destacando a genealogia desde os tempos coloniais, das relações Brasil – Angola. Escrito pela pesquisadora Solival Meneses, Mamma Angola (MENESES, 2000), parte de uma análise da econômica angolana na contemporaneidade, também oferece compreensão da importância de Angola para a formação do Brasil e Vice-versa.

Falando sobre os acordos bilaterais, começamos a definir como a cooperação que opera entre duas pessoas ou instituições, no mínimo.

Falando sobre as relações bilaterais entre Angola e Brasil, ela teve o início nos anos de 1990 a 2002, ano após a guerra fria Angola teve uma grande baixa na questão de relações comerciais, Saraiva em sua expressão afirma “tendência baixa”, da política africana do Brasil, para caracterizar os anos pós-Guerra Fria como um período de diminuição de contatos entre Brasil e África (1996, p. 2018). Saraiva também indica que:

[...] a política africana [do Brasil] não morreu, mas [...] fez opções menos continentais para se concentrar na região austral da África. A África do Norte e a África negra perderam seus lugares para as novas possibilidades criadas com os novos contextos produzidos na África Austral. (1996, p. 224).

As relações bilaterais entre Angola e Brasil, é analisada em duas formas que são relações bilaterais direitas e indiretas.

Em que na qual define-se *relações bilaterais direitas*, como todos os contatos que não há um intermediário, essas relações acontecem em contato diplomático direto, mediante delegações de cada país, e acordo de trocas de visitas de Chanceler e Presidentes. Essas relações são inclinadas ao comércio, as finanças, à cultura. Também pode ser levada e entendida em acordos político-militares, etc. Duroselle, fala que essa seria a *estrutura clássica*

da diplomacia, na qual as relações caracterizar-se-iam como diplomáticas fixas, chegando ao patamar do desenvolvimento de negociações de alto nível. (2000, p. 265-279).

As relações bilaterais indiretas, são relações que se concretizam mediante um intermediário, ou seja, um meio em que se pode facilitar, ou não as relações. Este meio referido é chamado como via multilateral, caracterizadas por pelas organizações internacionais, chamadas de organizações representativas dos interesses em conjunto dos Estados e dos membros, com o objetivo de buscar resoluções para as questões internacionais específicas. Pacequilo, destaca essa questão como:

[...] adicionalmente, [as organizações internacionais] convertem-se em canais e redes de comunicação entre os Estados, facilitando sua atuação conjunta e a perseguição de interesses e os objetivos comuns [...] a função [...] é promover foros de debates e prestar serviços. (2004, p. 67).

Diante desses acordos foram eleitas três organizações multilaterais em que se encaixam nas relações bilaterais, identifica-se em dois âmbitos que são o âmbito nacional e mundial, em no âmbito nacional foi criado a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). E no âmbito mundial foi a atuação juntas de Angola-Brasil diante das Nações Unidas (ONU). Favoreceu bastante os contatos entre Angola e Brasil, em que teve sua base de relacionamento Brasília-Luanda.

5 METODOLOGIA

A abordagem metodológica do presente trabalho, tem como pesquisa descritiva, seu método é qualitativo, em que na qual iremos buscar entender as políticas da cooperação entre o Brasil e Angola, especificamente na área económica e política.

A pesquisa será desenvolvida sobre método investigativo qualitativo, em que se baseia na investigação, segundo Yin (2001), “um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira do fenómeno e o contexto não é claramente evidente, e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas” (YIN apud DUARTE, 2011, p. 32).

Também se entende por pesquisa qualitativa o conjunto de métodos e procedimentos que auxiliam o(a) pesquisador(a) a pensar e estudar sobre uma dada realidade social. Segundo Corbin & Strauss (2008, p.23), os métodos qualitativos são usados, em especial, nas pesquisas “sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e

também à pesquisa sobre o funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações.”.

Em um primeiro momento da pesquisa faremos uma revisão bibliográfica a fim de buscarmos uma maior interação com as pesquisas anteriores que versaram os acordos do Brasil e Angola. Buscaremos também pesquisas acerca das cooperações, o que nos dará o suporte necessário para o diálogo com nossos dados entre os principais acordos estabelecidos entre Brasil e Angola no Campo político e económico, durante os anos de 1975 a 2000. Com isso “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem” (LAKATOS e MACONI, p. 183). A pesquisa foi contruída com bases nos livros e artigos.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVOS GERAIS

Proponho como objetivo geral deste trabalho procurar compreender as vantagens que Angola teve na cooperação bilateral com o Brasil, demonstrando também que retornos o Brasil teve dessa cooperação.

6.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Irei identificar os primeiros contactos que o Brasil teve com África e Angola através do comercio dos escravos, a fim de verificar historicamente o processo de aproximação entre os dois países
- Identificar os que fez com que o Brasil se aproximasse de Angola, gerando assim a cooperação.
- Também irei falar sobre o estabelecimento das relações Brasil e Angola, aspecto que envolve o reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil e os significados dessa ação, bem como as críticas que o Brasil recebeu ao reconhecer a independência deste país.

REFERÊNCIAS

FILHO, Pio P. & LESSA, Antônio. C. M. **O Itamaraty e a África:** as origens da política africana do Brasil. Rio de Janeiro. 2007. p. 57-81.

MONTE, João, Bosco. **As relações Brasil x Angola:** Novo Modelo de Cooperação. UNIOESTE, Campus: Foz do Iguaçu. V.12-nº1. p. 179-184.

RAMOS, Bárbara, Oliveira. **A Cooperação Internacional e os Debates Teóricos.** Brasília. 2006.

RIZZI, Kamilla Raquel. **Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria:** os condicionantes internos e via multilateral. Porto Alegre. Agosto de 2015.

SATO, Eliti. **Cooperação internacional:** uma componente essencial das relações internacionais. Rio de Janeiro. V.4. 2010. p. 46-57.

VISENTINI, Paulo, Fagundes. **A relação Brasil-África:** Prestígio, cooperação ou negócios. Ed. Alta Books. Rio de Janeiro. 2016.

_____. **As relações Brasil-Angola:** pivô da diplomacia africana. 2015.